

Vaz
112

texto ②

CAP. 1 - A linguística, a linguagem e a língua

1.1 A linguística: disciplina não prescriptiva

7
14 cópias

OUTROS LIVROS DO AUTOR

La Gémination consonnantique d'origine expressive dans les langues germaniques. Munksgaard, Copenhague 1937.

La Phonologie du mot en danois. Klincksieck, Paris 1937.

La Prononciation du français contemporain. Droz, Paris 1945.

Phonology as Functional Phonetics. University of Oxford Press, Londres 1949.

Économie des changements phonétiques — Traité de phonologie diachronique. Francke, Berne 1955.

La Description phonologique, avec application au parler franco-provençal d'Hauteville (Savoie). Droz, Genève 1956.

A Functional View of Language. Clarendon, Oxford 1962.

La Linguistique synchronique. P. U. F., Paris 1966.

Le Français sans fard. P. U. F., Paris 1969.

Direcção da obra *Le Langage*, vol. 25 da «Encyclopédie de la Pléiade», Paris 1968.

14-L

ANDRÉ MARTINET

Professor de Linguística Geral na Sorbona

Director de Estudos na «École Pratique des Hautes Études» (Paris)

ELEMENTOS DE LINGUÍSTICA GERAL

Tradução adaptada para leitores de língua portuguesa

por

JORGE MORAL-BARBOSA

Doutor em Letras pela Sorbona

 *Martins Fontes Editora Ltda.*
BRASIL

1.1 A LINGUÍSTICA, DISCIPLINA NÃO PRESCRITIVA

A LINGUÍSTICA é o ESTUDO CIENTÍFICO da linguagem humana.

Diz-se que um estudo é científico quando se baseia na observação dos factos e se abstém de propor qualquer escolha entre tais factos, em nome de certos princípios estéticos ou morais. «Científico» opõe-se portanto a «prescritivo». No caso da linguística, importa especialmente insistir no carácter científico e não prescritivo do estudo: como o objecto desta ciência constitui uma actividade humana, é grande a tentação de abandonar o domínio da observação imparcial para recomendar determinado comportamento, de deixar de notar o que realmente se diz para passar a recomendar o que deve dizer-se. A dificuldade de distinguir a linguística científica da gramática normativa lembra a de extrair da moral uma autêntica ciência dos costumes. Mostra-nos a história que até há pouco a maioria dos autores que se ocuparam da linguagem ou das línguas o fez com intenções prescritivas, declaradas ou evidentes. Ainda hoje, a maioria das próprias pessoas cultas quase ignora que existe uma ciência da linguagem distinta da gramática escolar e da actividade normativa exercida, por exemplo na imprensa, por cronistas mundanos e puristas. Mas, perante casos como os de *vende-se livros, haviam muitas lutas, a pessoa que eu lhe disse o nome*, etc., o linguista contemporâneo ignora tanto a indignação do purista conservador como o júbilo do iconoclasta revolucionário. Casos como esses representam para ele simples factos a observar e explicar dentro dos usos em que aparecem. O seu papel não o inibe de apontar as censuras ou apreciações trocistas a que tais «barbarismos» ou «solecismos» se prestam na boca de uns, nem a indiferença em que deixam outros; mas ele abstém-se de tomar partido a favor ou contra, porque não é esse o seu papel.

1.2 CARÁCTER VOCAL DA LINGUAGEM

A linguagem que o linguista estuda é a do homem. Seria até desnecessário precisá-lo, dado o valor quase sempre metafórico dos outros usos da palavra *linguagem*: a «linguagem dos animais» é invenção dos fabulistas, a «linguagem das formigas» é mais hipótese que resultado da observação, a «linguagem das flores» é um código como tantos outros. Na fala corrente, «linguagem» designa propriamente a faculdade de que os homens dispõem para se compreenderem por meio de signos vocais. Detenhamo-nos um pouco neste *carácter vocal* da linguagem.

Há milhares de anos que nos países civilizados se usam com frequência signos picturais ou gráficos correspondentes aos signos vocais da linguagem: é a chamada *escrita*. Antes de inventado o fonógrafo, qualquer signo vocal ou era imediatamente ouvido ou se perdia para sempre. Pelo contrário, o signo escrito conservava-se enquanto se conservassem o seu suporte — pedra, pergaminho, papel — e os traços nele deixados pelo bisturi, pelo estilete ou pela pena: daí o adágio *verba uolant, scripta manent*. O carácter definitivo da coisa escrita deu-lhe considerável prestígio, e foi nessa forma que nos chegaram, e ainda hoje chegam, as obras literárias (assim chamadas graças exactamente à escrita), em que assenta a nossa cultura. As escritas alfabéticas representam os signos por sucessões de letras, bem separadas umas das outras nos textos impressos. Aprendemos na escola a reconhecê-las, e quem quer que a frequentou sabe de que letras se compõe o signo escrito *também*; distinguir os componentes do signo vocal que ele representa já lhe será no entanto mais difícil, senão impossível. É que, na realidade, tudo contribui para que os alfabetizados identifiquem o signo vocal e o seu equivalente gráfico e para lhes impor ao espírito o último como sendo o único representante válido do complexo.

Mas não esqueçamos que os signos da linguagem humana são preclpuamente vocais, que foram exclusivamente vocais durante centenas de milhares de anos, e que ainda hoje a maioria dos homens sabe falar sem saber escrever nem ler. Nós apren-

demos a falar antes de aprender a ler: é a leitura que vem acrescentar-se, sobrepor-se, à fala, e não esta àquela. Embora, na prática, lhe seja anexo, o estudo da escrita constitui disciplina distinta da linguística, e por isso o linguista abstrai, em princípio, da grafia: só a leva em linha de conta na medida em que ela influencia a forma dos signos vocais — o que afinal poucas vezes acontece.

1.3 A LINGUAGEM, INSTITUIÇÃO HUMANA

Ouve-se por vezes falar da linguagem como duma faculdade humana, e nós próprios já acima empregámos este termo, sem no entanto lhe haveremos atribuído valor rigoroso. Talvez as relações entre o homem e a linguagem de que ele se serve sejam demasiado específicas para que possamos integrar deliberadamente a linguagem num tipo mais vasto de funções definidas. O que não pode dizer-se é que ela resulte do exercício natural de algum órgão, como por exemplo a respiração ou a marcha, que constituem, por assim dizer, a razão de ser dos pulmões e das pernas. É certo que se fala de órgãos da fala, de aparelho fonador, mas logo se acrescenta, em geral, ser outra a função primária de cada um daqueles órgãos, de cada um dos elementos deste aparelho: a boca serve para ingerir os alimentos, as fossas nasais para respirar, etc. É possível que a circunvolução cerebral em que se pretendeu localizar o centro da fala (em virtude de terem relação com a afasia as lesões que nela intervêm) se relacione com o exercício da linguagem. Mas nada prova que tal seja a sua função primeira e essencial.

Somos assim levados a situar a linguagem entre as INSTITUIÇÕES humanas, maneira de ver que apresenta inegáveis vantagens: as instituições humanas resultam da vida em sociedade, e o mesmo sucede com a linguagem, que é essencialmente um instrumento de comunicação. As instituições humanas supõem o exercício das mais diversas faculdades, podem encontrar-se muito espalhadas e ser até, como a linguagem, universais, sem se identificarem nas várias comunidades. A família, por exemplo, caracteriza talvez todos os grupos humanos, mas apre-

senta-se dum ponto para outro com diferentes características; também a linguagem, idêntica nas suas funções, difere de comunidade para comunidade, de maneira que só pode funcionar entre os membros de determinado grupo. Como não constituem dados primários, essenciais, mas sim produtos da vida em sociedade, as instituições não são imutáveis, mas sim susceptíveis de variar sob a pressão de necessidades diversas e a influência de outras comunidades: havemos de ver que as coisas não se passam doutro modo com as diferentes modalidades da linguagem que as línguas representam.

1.4 AS FUNÇÕES DA LINGUAGEM

A natureza do fenómeno linguístico não fica contudo inteiramente esclarecida quando consideramos a linguagem como uma instituição. Dizer que uma língua é um instrumento ou utensílio é utilizar uma designação que, apesar de metafórica, tem a vantagem de chamar a atenção para o que distingue a linguagem de muitas outras instituições. A função essencial do *instrumento* que é a língua reside na *comunicação*: por exemplo, o português é, antes de mais, o utensílio que permite aos indivíduos «de língua portuguesa» entrarem em relação uns com os outros. Se as línguas se modificam ao longo dos tempos, veremos que é essencialmente para se adaptarem da maneira mais económica à satisfação das necessidades comunicativas dos grupos que as falam.

Não se esqueça todavia que, além de assegurar a compreensão mútua, a linguagem exerce ainda outras funções. Em primeiro lugar, serve ela, por assim dizer, de suporte ao pensamento, e tanto que podemos até perguntar se mereceria propriamente o nome de *pensamento* uma actividade mental que se não exercesse no âmbito duma língua; mas é ao psicólogo e não ao linguista que compete responder a tal pergunta. Por outro lado, muitas vezes o homem se serve da língua para se *expressar*, ou seja, para analisar o que sente, sem se preocupar grandemente com as reacções de eventuais ouvintes, e assim encontra ao mesmo tempo um processo de se afirmar aos seus olhos e aos dos outros, sem pretensões de comunicar o que quer

que seja. Também poderíamos falar duma função estética da linguagem, tanto mais difícil de analisar quanto é verdade que se confunde de perto com as funções comunicativa e expressiva. Em última análise, é realmente na comunicação, isto é, na compreensão mútua, que temos de reconhecer a função central do instrumento que é a língua. Não é por acaso que se troça dos indivíduos que falam sôzinhos e do soliloquio, ou seja, da utilização da linguagem para fins puramente expressivos. Para não se expor a censuras, quem quiser exprimir-se deve procurar um público, diante do qual representará a comédia do comércio linguístico. Aliás, tudo indica que a língua de cada um se corromperia rapidamente se não fosse a necessidade de se fazer compreender, e é esta necessidade permanente que conserva em bom estado o utensílio.

1.5 SERÃO AS LÍNGUAS NOMENCLATURAS?

De acordo com um conceito ingénuo mas muito espalhado, a língua seria um repertório de palavras, quer dizer, de produções vocais (ou gráficas), cada uma delas correspondente a uma coisa: a determinado animal, digamos o cavalo, corresponderia no repertório particular conhecido como «a língua portuguesa» determinado produto vocal, ortograficamente representado por *cavalo*. As diferenças entre as línguas reduzir-se-iam a diferenças de designação — o «cavalo» diz-se em francês *cheval*, em inglês *horse*, em alemão *Pferd* —, e assim aprender uma língua segunda consistiria apenas em aprender nova nomenclatura, ponto por ponto paralela à anteriormente conhecida, com excepção de alguns «idiotismos», isto é, de casos em que não funcionaria, ou funcionaria mal, tal paralelismo. As próprias produções vocais compor-se-iam normalmente, em todas as línguas, dos mesmos sons, e as únicas diferenças de língua para língua residiriam, neste domínio, na simples escolha dos sons e na maneira de os combinar em cada palavra. Confirma esse ponto de vista, quando pensamos nas letras e não nos sons, o emprego do mesmo alfabeto nas mais diversas línguas: *cavalo*, *cheval*, *horse*, *Pferd* escrevem-se efectivamente com letras dum só alfabeto — *c*, *a*, *v* e *l* em *cavalo* e *cheval*, *o* em *cavalo* e *horse*, e em

cheval, *horse* e *Pferd*, *h* em *cheval* e *horse*, *r* em *horse* e *Pferd*. Como, uma vez pronunciadas as palavras, o ouvido se dá conta de diferenças que não são apenas de escolha e disposição de elementos idênticos, fala-se do chamado «sotaque» — que seria algo de bastante marginal, sobreposto à articulação normal dos sons da linguagem, cuja imitação, ao aprender-se uma língua estrangeira, pareceria, senão indecente, pelo menos ridícula.

1.6 A LINGUAGEM NÃO DECLACA A REALIDADE

Essa noção de língua-repertório baseia-se na ideia simplista de que, antes de vistas pelos homens, todas as coisas se organizariam em categorias de objectos perfeitamente distintas umas das outras, cada uma das quais deveria receber uma designação em cada língua. Se, com efeito, tal acontece, até certo ponto, no que diz respeito às espécies vivas, por exemplo, deixa de ser exacto quando passamos a outros domínios: podemos considerar natural a diferença entre a água que corre e a que não corre, mas, dentro das duas categorias assim estabelecidas, quão arbitrárias são as subdivisões em oceanos, mares, lagos, pântanos, charcos, ou em rios, ribeiras, ribeiros e cursos de água! Para os Ocidentais, que compartilham uma mesma civilização, o Mar Morto é um mar e o Grande Lago Salgado um lago; mas nem todos distinguem entre o rio, que desagua no mar, e a ribeira, que desagua noutro curso de água. Passando a outro domínio, vemos que o francês usa o mesmo termo *bois* para designar um lugar plantado de árvores, a madeira em geral, a madeira de construção e a madeira destinada a arder, sem falar de empregos mais particulares como *bois de cerf* «haste de veado»; o português designa o lugar plantado de árvores por *bosque*, o sentido «madeira» por *madeira*, e a madeira destinada a arder por *achas*; o dinamarquês possui uma palavra *træ*, que designa a árvore e a madeira em geral, e, concorrendo com *tømmer*, a madeira de construção, mas não se serve de tal palavra para designar o bosque, que se diz *skov*, nem as *achas*, chamadas *brænde*. Para os principais sentidos do fr. *bois*, o espanhol distingue entre *bosque*, *madera*, *leña*, o italiano entre *bosco*, *legno*, *legna*, *legname*, o alemão entre *Wald*, *Gehölz*, *Holz*,

o russo entre *les*, *dévevo*, *drová*, e todas estas palavras são susceptíveis de aplicação a coisas que o francês designaria de modo diferente de «bois»: o al. *Wald* é as mais das vezes *forêt*, o russo *dévevo* e o din. *træ* correspondem normalmente ao fr. *arbre*. Os Portugueses, os Franceses e em geral os Ocidentais distinguem no espectro solar as cores violeta, azul, verde, amarelo, cor-de-laranja e vermelho, que não se encontram todavia no próprio espectro, constituído por um contínuo que vai do violeta ao vermelho. Ora este contínuo é diversamente articulado pelas línguas. Sem sairmos da Europa, verificamos que o bretão e o galês designam com a mesma palavra *glas* a porção do espectro correspondente aproximadamente às zonas portuguesas do azul e do verde. O que nós chamamos *verde* aparece com frequência dividido em duas unidades, uma das quais corresponde ao que designamos por *azul* e a outra ao que designamos por *amarelo*. E certas línguas contentam-se com duas cores fundamentais, *grosso modo* equivalentes às duas metades do espectro. As considerações precedentes mantêm-se válidas em aspectos mais abstractos da experiência humana: palavras como ingl. *wistful*, al. *gemütlich*, russo *nicevó* não correspondem em francês a nada de preciso; fr. *sagesse* é dificilmente traduzível em português, e muitas línguas não conhecem equivalente exacto para ptg. *saudade(s)*. E até palavras consideradas equivalentes, como ptg. *tomar*, fr. *prendre*, ingl. *take*, al. *nehmen*, russo *brat'*, não se empregam sempre nas mesmas circunstâncias, isto é, não se situam nos mesmos campos semânticos. Na realidade, cada língua organiza à sua maneira os dados da experiência, e por isso aprender uma língua nova não consiste em colocar novos rótulos em coisas conhecidas, mas sim em habituarmo-nos a analisar doutro modo os objectos das comunicações linguísticas.

1.7 CADA LÍNGUA POSSUI OS SEUS SONS

Não se passam diferentemente as coisas no domínio dos sons da linguagem. A vogal do ingl. *bair* não é um *e* pronunciado com sotaque inglês, nem a de *bit* um *i* deformado por idêntica razão: compenetremo-nos de que, na zona articulatória em que o português distingue um *i* e um *e* «fechado» (de *vi* e *vê*,

por exemplo), opõe o inglês três tipos vocálicos, representados nas palavras *beat*, *bit* e *bait* e irredutíveis ao *i*, e portugueses. A consoante espanhola ortografada *s*, cuja pronúncia castelhana lembra um pouco a inicial do ptg. *chão* e do fr. *chien*, não é nem um *s* nem um *ch* portugueses ou franceses: de certas modalidades articulatórias, o francês e o português servem-se de dois tipos (fr. *chien* e *sien*, ptg. *chão* e *são*), enquanto o espanhol utiliza apenas um, que não se identifica com qualquer daqueles dois. Casos como estes ocorrem aliás dentro duma mesma língua, quando passamos dum dialecto ou dum falar para outro, que para o efeito se comportam como línguas diferentes: o ptg. normal (o que se fala, por exemplo, em Lisboa ou Coimbra) pronuncia do mesmo modo palavras como *paço* e *passo*, porque não distingue entre o que a ortografia representa por *ç* e *ss*; estas duas grafias correspondem no entanto, no falar de Trás-os-Montes, a duas articulações diferentes (e por isso *paço* e *passo* não se confundem na pronúncia local). O chamado «sotaque» estrangeiro ou local resulta da identificação abusiva de unidades fónicas de línguas, dialectos ou falares diferentes. Tão perigoso e erróneo é ver na inicial do ptg. *tomar*, do fr. *tout*, do ing. *take*, do al. *Tat* e do russo *tuz* variantes do mesmo tipo, como o seria considerar que ptg. *tomar*, fr. *prendre*, ingl. *take*, al. *nehmen* e russo *brat'* correspondem a uma mesma realidade pré-existente a estas designações.

1.8 A DUPLA ARTICULAÇÃO DA LINGUAGEM

Diz-se por vezes que a linguagem humana é articulada. Embora os que assim se exprimem nem sempre sejam capazes de definir exactamente o que pretendem dizer, não há dúvida de que aquela fórmula alude a uma característica efectiva de todas as línguas. Mas convém explicar a noção de articulação linguística e observar que ela se manifesta em dois planos diferentes: com efeito, as unidades resultantes de uma primeira articulação articulam-se por sua vez em unidades doutro tipo.

Pela PRIMEIRA ARTICULAÇÃO da linguagem, as experiências a transmitir, as necessidades que se pretende revelar a outrem, analisam-se numa série de unidades, cada uma delas possuidora

de uma forma vocal e de um sentido. Se eu tiver dores de cabeça, posso manifestar o meu sofrimento por meio de gritos, os quais, quando involuntários, relevam da fisiologia, e quando mais ou menos voluntários se destinam a dar a conhecer a quem me rodeia os meus sofrimentos. Mas nem neste segundo caso nos encontramos perante uma comunicação linguística. Os gritos são inanalísáveis e correspondem ao conjunto, inanalísado, da sensação de dor. Inteiramente diversa será a situação se eu pronunciar a frase *tenho uma dor de cabeça*: nenhuma das cinco unidades sucessivas que a compõem (*tenho*, *uma*, *dor*, *de*, *cabeça*) corresponde ao que na minha dor há de específico, e cada uma delas pode figurar noutros contextos para exprimir outra coisa (*tenho* em, por exemplo, *tenho muitos livros*, *dor* em *dor de cotovelo*, *cabeça* em *cabeça de prego*). Para compreendermos melhor o que de económico há nesta primeira articulação, bastará supor o que seria um sistema de comunicação em que a cada situação, a cada dado da experiência, correspondesse um grito próprio: como estas situações e estes dados da experiência são em número praticamente infinito, um sistema constituído por gritos só poderia prestar os serviços que prestam as línguas se comportasse um número de signos distintos tão considerável que a memória humana não conseguiria retê-los. Alguns milhares de unidades do tipo de *tenho*, *dor*, *cabeça*, *de*, *uma*, com largas possibilidades combinatórias, permitem-nos comunicar mais coisas do que vários milhões de gritos inarticulados diferentes.

A primeira articulação é o modo por que se ordena a experiência comum a todos os membros de determinada comunidade linguística. Só comunicamos linguisticamente dentro dos limites de tal experiência, pela força das circunstâncias limitada ao que é comum a considerável número de indivíduos, e a originalidade do pensamento só pode manifestar-se na disposição inesperada das unidades. Incomunicável na sua unicidade, analisa-se a experiência pessoal numa sucessão de unidades pouco específicas e conhecidas de todos os membros comunitários. A especificidade só aumenta pela adjunção de novas unidades, por exemplo de adjectivos ao substantivo, de advérbios ao verbo, e de modo geral de determinantes a determinados.

Como vimos, cada uma das unidades de primeira articulação tem um sentido e uma forma vocal (fónica). Não podemos analisá-las em unidades sucessivas mais pequenas dotadas de sentido: é o conjunto *cabeça* que significa «cabeça», e não a soma de eventuais sentidos de cada um dos segmentos em que podemos dividi-lo — *ca-*, *-be-* e *-ça*, por exemplo. Mas a forma vocal é analisável numa sucessão de unidades, que contribuem todas para distinguir *cabeça* de outras unidades, como *cabaça* e *cabeço*. A isso chamamos a SEGUNDA ARTICULAÇÃO da linguagem. No caso de *cabeça*, há seis unidades desse tipo, que podemos representar pelas letras *k* *α* *b* e *s* *a*, convencionalmente colocadas entre barras oblíquas: /*kα'besa*/. Por aqui vemos como também a segunda articulação é económica: se a cada unidade significativa mínima correspondesse uma produção vocal específica e inanalísável, teríamos de distinguir milhares delas, o que seria incompatível com as latitudes articulatórias e a sensibilidade auditiva do ser humano. Graças à segunda articulação, podem as línguas contentar-se com algumas dezenas de produtos fónicos distintos uns dos outros, que se combinam para se obter a forma vocal das unidades de primeira articulação: assim em *cabeça* aparece duas vezes a unidade que representamos por *a* — a mesma que reencontramos em *mesa*, nos artigos *a* e *uma*, etc.

1.9 AS UNIDADES LINGÜÍSTICAS BÁSICAS

Um enunciado como *tenho uma dor de cabeça*, ou uma parte desse enunciado que, como *tenho uma dor* ou *dor* ou *cabeça*, faz sentido, designa-se por SIGNO lingüístico. Qualquer signo lingüístico comporta um SIGNIFICADO, que constitui o seu sentido ou valor e que representamos entre aspas («tenho uma dor de cabeça», «dor», «cabeça»), e um SIGNIFICANTE, graças ao qual se manifesta o signo e que transcrevemos entre barras oblíquas (/‘teñu uma ‘dor de *kα'besa*/, /‘dor/, /*kα'besa*/). É ao significante que a linguagem corrente costuma chamar *signo*. Com os seus significado e significante, as unidades da primeira articulação são signos, e signos mínimos por não poderem analisar-se em sucessões de signos menores. Não existe termo universalmente

aceite para designar tais unidades; pela nossa parte, chamamos-lhes MONEMAS.

Como os outros signos, o monema é uma unidade de duas faces: a face significada (sentido ou valor) e a face significante, que fonicamente a manifesta e se compõe de unidades de segunda articulação, ditas FONEMAS.

Há no enunciado de que nos vimos servindo certo número de monemas que ocasionalmente coincidem com o que, na linguagem corrente, se chamam «palavras»: *uma*, *de*, *dor*. Mas não se conclua daí que *monema* é o equivalente erudito de *palavra*. Numa palavra como *comemos* há três monemas, que são *com-* /*kum*/ designativo de certo tipo de acção, *-e-* /*e*/ designativo do modo verbal, e *-mos* /*mus*/ indicativo de ser a acção praticada pelo locutor e por mais alguém: comparem-se, por exemplo, *comeste* /*ku'meste*/ (/kum/, /*e*/, /ste/) e *comamos* /*ku'mamus*/ (/kum/, /*α*/, /mus/). A tradição distingue *com-* de *-e-* e *-mos*, dizendo que por um lado temos um semantema e por outro morfemas, mas esta terminologia oferece o inconveniente de sugerir que só o semantema teria sentido, por oposição ao morfema que o não teria, o que não é exacto. Na medida em que for necessário manter a distinção, será preferível falar de LEXEMAS a propósito dos monemas que se situam no léxico e não na gramática, e conservar a designação de MORFEMAS para os monemas que, como *-e-* e *-mos*, aparecem nas gramáticas. Os monemas como *contra*, que tanto figuram no léxico como na gramática, devem classificar-se entre os morfemas. Note-se que um lexema como *com-* figura tradicionalmente no léxico com a forma *comer*, isto é, acompanhado do morfema de infinitivo *-er*.

1.10 FORMA LINEAR E CARÁCTER VOCAL

Todas as línguas se manifestam pois na forma linear de enunciados, que representam o que por vezes se diz em francês «la chaîne parlée». Essa FORMA LINEAR da linguagem humana deriva em última análise do seu CARÁCTER VOCAL: os enunciados vocais decorrem necessariamente no tempo e são necessariamente captados pelo ouvido como sucessões. Inteiramente

diverso é o caso da comunicação de tipo pictural e portanto captada pela vista: é certo que o pintor pinta um por um os elementos do seu quadro, mas o espectador recebe a mensagem ou como um todo ou dirigindo sucessivamente a atenção para as várias partes que o constituem, segundo uma ordem variável e indiferente para o valor da mensagem. É um sistema visual de comunicação, como a sinalização das estradas, não é linear mas sim bidimensional. O carácter linear dos enunciados explica a sucessividade dos monemas e fonemas. Em tais sucessões, tanto valor tem a ordem dos fonemas como a selecção de que eles são objecto: o ptg. *rumo* /'rumu/ comporta os mesmos fonemas que *murro* /'mupu/, mas os dois signos são distintos; idêntico é o caso do fr. *mal* /mal/ e *lame* /lam/, por exemplo. Quanto às unidades de primeira articulação, as coisas não se passam bem assim: é verdade que *o caçador matou o leão* não significa o mesmo que *o leão matou o caçador*, mas não é raro poder-se deslocar um signo dum ponto para outro do enunciado sem que daí resulte apreciável modificação de sentido, como sucede em *ele virá amanhã* e *amanhã ele virá*. Por outro lado, aos lexemas agregam-se com frequência morfemas que, por indicarem a função daqueles no enunciado, ou seja, as suas relações com os outros signos, lhes permitem figurar em várias posições sem realmente se afectar o sentido do enunciado. Tal é muitas vezes o caso em latim, em que *puerum*, caracterizado como objecto pelo segmento *-um*, pode figurar indiferentemente antes ou depois do verbo: *puerum uidet* ou *uidet puerum* «vê a criança».

1.11 A DUPLA ARTICULAÇÃO E A ECONOMIA

Em todas as línguas até hoje descritas existe o tipo de organização que acabamos de esboçar e que parece impor-se às comunidades humanas como sendo o que melhor se adapta às necessidades e disponibilidades do homem. Só a economia resultante das duas articulações permite obter um instrumento de comunicação de emprego geral, graças ao qual se pode transmitir tanta informação por tão baixo preço. Além da economia suplementar que representa, oferece a segunda articulação a

vantagem de tornar INDEPENDENTE DO VALOR DO SIGNIFICADO A FORMA DO SIGNIFICANTE correspondente e de assegurar assim maior estabilidade à forma linguística. É óbvio que, numa língua em que a cada palavra correspondesse um grito particular e inanalísável, nada impediria as pessoas de modificarem vários gritos da maneira que lhes parecesse mais adequada para descrever com exactidão o objecto designado. Mas como seria impossível chegar a acordo unânime em casos de tal natureza, dificilmente se preservaria a compreensão no meio da instabilidade crónica em que depressa se cairia. Mantém viva essa compreensão a existência da segunda articulação, que liga a sorte de cada componente do significado (de cada um dos segmentos /m/, /a/, /l/ de ptg. *mal*, por exemplo) não ao sentido do significado correspondente, neste caso «mal», mas sim à sorte dos componentes doutros significantes da língua — o /m/ de *mar*, o /a/ de *gato*, o /l/ de *sal*, etc. Não quer isto dizer que o /m/ ou o /l/ de *mal* não possam modificar-se no futuro, mas sim que, se tal acontecer, forçosamente se modificarão também, ao mesmo tempo e do mesmo modo, o /m/ de *mar* e o /l/ de *sal*.

1.12 CADA LÍNGUA TEM A SUA ARTICULAÇÃO PRÓPRIA

Se todas as línguas praticam a dupla articulação, todas elas diferem na maneira como os respectivos utentes analisam os dados da experiência e se servem das possibilidades que lhes oferecem os órgãos da fala. Por outras palavras, CADA LÍNGUA ARTICULA A SEU MODO enunciados e significantes. Nas mesmas circunstâncias em que um português diz *tenho uma dor de cabeça*, dirá um francês *j'ai mal à la tête* e um espanhol *me duele la cabeza*. Em português e em francês, o sujeito do enunciado será neste caso o locutor, enquanto em espanhol será a cabeça que sofre; a expressão da dor será nominal em português e em francês mas verbal em espanhol, e a atribuição da dor irá para a cabeça em francês, para o paciente em espanhol, ao passo que o português precisa a natureza da dor por meio de um determinante. Pouco importa que, em lugar de *tenho uma dor de cabeça* o *j'ai mal à la tête*, o português e o francês possam dizer respectivamente *dói-me a cabeça* e *la tête me fait mal*: o decisivo é

que, em dada situação, o português, o francês e o espanhol podem recorrer a análises diferentes. Comparem-se, na mesma ordem de ideias, lat. *poenas dabant*, ptg. *sofriam castigos*, fr. *ils étaient punis*; ptg. *é proibido fumar*, fr. *défense de fumer*, ingl. *smoking prohibited*, russo *kurit' vospreščetsja*; ptg. *é favor não estacionar*, fr. *prière de ne pas stationner*; al. *er ist zuverlässig*, fr. *on peut compter sur lui*, ptg. *pode contar-se com ele*.

Já sabemos que as palavras duma língua não têm equivalentes exactos noutra, o que naturalmente acompanha a variedade das análises dos dados da experiência. É possível que das diferenças de análise resultem maneiras diferentes de considerar um fenómeno e que concepções diferentes dum fenómeno conduzam a diferentes análises da situação: não podem distinguir-se um do outro os dois casos.

Quanto à classificação dos significantes, não nos baseemos nas grafias para julgar os factos, ainda que essas grafias correspondam a transcrições e não a representações ortográficas. Partindo de /g/ e mal a la tet/ e /me duele la kabeθa/, não se suponha que o /a/ de /kabeθa/ corresponde à mesma realidade linguística que o de /mal/: como o francês distingue o /a/ de *mal* do /a/ de *mâle*, a articulação do primeiro é relativamente pouco profunda, ao passo que o /a/ de *cabeza*, única vogal aberta do espanhol, dispõe de maiores latitudes. É por razões de natureza económica que se transcrevem com os mesmos caracteres os fonemas de línguas diferentes.

1.13 NÚMERO DOS MONEMAS E DOS FONEMAS

O número de enunciados possíveis em cada língua é teóricamente infinito, por ser ilimitado o número de monemas sucessivos que um enunciado pode comportar. Com efeito, é uma LISTA ABERTA a dos monemas de cada língua; não se pode determinar com precisão quantos monemas distintos possui uma língua, porque a cada passo surgem necessidades novas que fazem criar novas designações. Contam-se por milhares as palavras que hoje em dia um civilizado é capaz de empregar ou de compreender; mas muitas dessas palavras compõem-se quer de monemas susceptíveis de aparecer como palavras indepen-

dentes (por exemplo, ptg. *couve-flor*, *estrada de auto-estrada*, fr. *timbre-poste*, *autoroute*), quer de monemas que só aparecem em composição (por ex. *auto* de ptg. *auto-estrada*, ptg. *telégrafo*, fr. *télégraphe*). Donde resulta que, apesar do contributo de desinências como ptg. *-mos*, *-s*, fr. *-ons*, e de sufixos como ptg. *-oso*, fr. *-âtre*, os monemas são de longe menos numerosos que as palavras.

Pelo contrário, o inventário dos fonemas duma língua constitui uma LISTA FECHADA. O castelhano, por exemplo, distingue 24 fonemas, nem mais nem menos um. O que torna por vezes delicada a resposta à pergunta «Quantos fonemas tem esta língua?» é o facto de, por se falarem em vastos domínios, as línguas de civilização não oferecerem perfeita unidade e variarem mais ou menos com as regiões, as classes sociais ou a geração a que pertence quem as fala. Variações dessas não impedem por via de regra a compreensão, mas podem provocar diferenças no inventário das unidades — distintivas (fonemas) e significativas (monemas ou signos mais vastos). Assim, o espanhol falado na América apresenta muitas vezes 22 fonemas em vez dos 24 do castelhano. A variedade de francês que o autor utiliza comporta 34 fonemas, mas não é raro encontrar, nos parisienses nascidos depois de 1940, um sistema de 31 fonemas (do qual, por ser mais simples, nos serviremos na transcrição dos exemplos franceses). E já aludimos atrás a uma variedade de português que conhece dois fonemas, ortografados *s* e *ç*, aos quais no português normal corresponde um só; essa variedade distingue também entre o que a ortografia representa por *x* e por *ch*, confundidos no falar normal. Na transcrição dos exemplos portugueses, é o sistema do falar normal de Lisboa que teremos presente.

1.14 QUE É UMA LINGUA?

Podemos agora tentar uma formulação que revele o que entendemos por *língua*:

UMA LÍNGUA É UM INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO SEGUNDO O QUAL, DE MODO VARIÁVEL DE COMUNIDADE PARA COMUNIDADE, SE ANALISA A EXPERIÊNCIA HUMANA EM UNIDADES PROVIDAS DE

CONTEÚDO SEMÂNTICO E DE EXPRESSÃO FÓNICA — OS MONEMAS; ESTA EXPRESSÃO FÓNICA ARTICULA-SE POR SUA VEZ EM UNIDADES DISTINTIVAS E SUCESSIVAS — OS FONEMAS —, DE NÚMERO FIXO EM CADA LÍNGUA E CUJA NATUREZA E RELAÇÕES MÚTUAS TAMBÉM DIFEREM DE LÍNGUA PARA LÍNGUA.

Implica isso: 1.º que reservamos o termo *lingua* para designar um instrumento de comunicação duplamente articulado e de manifestação vocal; 2.º que, abstraindo dessa base comum, e como indicam as formulações *de modo variável* e *diferem* da nossa definição, NADA HÁ DE PRÓPRIAMENTE LINGUÍSTICO QUE NÃO POSSA DIFERIR DE LÍNGUA PARA LÍNGUA. É no espírito deste segundo corolário que se deve entender a afirmação de serem «arbitrários» ou «convencionais» os fenómenos linguísticos.

1.15 A MARGEM DA DUPLA ARTICULAÇÃO

Todas as línguas apresentam o tipo de organização que acabamos de descrever, o que não significa que não possam recorrer a processos que não entrem no âmbito da dupla articulação. Assim, em português ou francês, por exemplo, é frequente marcar-se o carácter interrogativo do enunciado por uma simples subida melódica da voz na última palavra, o que permite distinguir ptg. *ele saiu* (afirmação) de *ele saiu?* (pergunta), ou fr. *il pleut* de *il pleut?* Como este último enunciado equivale a *est-ce qu'il pleut?*, a subida de voz em *il pleut?* desempenha o mesmo papel que o signo /esk/, ortografado *est-ce que*. Podemos portanto dizer que, exactamente como *est-ce que*, tal curva melódica é um signo, de significado «interrogação» e significante constituído pela subida da voz. Mas, ao contrário do significante de *est-ce que*, que respeita a segunda articulação com os seus três fonemas sucessivos e a primeira por se inserir na sucessão dos monemas, o significante da curva melódica não faz outro tanto: com efeito, este último nem ocupa posição particular no enunciado (sobrepõe-se, por assim dizer, às unidades das duas articulações), nem se deixa analisar numa sucessão de fonemas. Os factos linguísticos que não respeitam a

articulação em fonemas dizem-se por vezes *supra-segmentais* e formam um capítulo intitulado PROSÓDIA, distinto da FONEMÁTICA que trata das unidades da segunda articulação.

1.16 CARÁCTER NÃO DISCRETO DA ENTOAÇÃO

Existe uma oposição fundamental entre a diferença melódica que distingue a afirmação *il pleut* da pergunta *il pleut?* e a diferença entre dois fonemas: a fisiologia dos órgãos da fala provoca normalmente no início do enunciado uma subida da voz correspondente a uma tensão progressiva e nas proximidades do fim uma descida da voz correspondente a uma progressiva distensão. Se não se realizar esta distensão, o auditor terá a impressão de que o enunciado não terminou e que requer qualquer complemento, na forma de resposta a uma pergunta, por exemplo. É assim que se pode fazer de *il pleut?* um equivalente de *est-ce qu'il pleut?* Mas tal não significa que a subida da voz no fim do enunciado interrogativo corresponda um valor bem definido, por oposição a outro valor, igualmente bem definido, da descida que ela apresenta no final do enunciado afirmativo, porquanto a significação exacta do enunciado variará com o grau de altura ou de profundidade atingido: uma nota muito baixa implica uma afirmação brutal, mas a asserção será tanto menos categórica quanto menos rápida for a descida melódica; e à medida que a curva for subindo passaremos insensivelmente a afirmações matizadas de menor ou maior dúvida e daí a perguntas cada vez mais dubitativas. Não se trata pois, de modo algum, de algo como uma escada que se sobe degrau a degrau, onde a escolha de certo nível conduziria a um enunciado radicalmente diverso dos outros, mas sim de uma situação em que qualquer modificação da curva melódica implica uma modificação paralela e proporcional do sentido do enunciado.

1.17 AS UNIDADES DISCRETAS

A situação modifica-se inteiramente quando de duas direcções diferentes da curva entonacional passamos a dois fonemas. Em português, palavras como *pata* /'pata/ e *bata* /'bata/ distin-

guem-se apenas porque numa ocorre o fonema /p/ no lugar em que na outra ocorre /b/. Reduzindo progressivamente as vibrações das cordas vocais, podemos passar insensivelmente da articulação característica de /b/ à de /p/, o que mostra que, fisiologicamente, a continuidade é aqui idêntica à que já encontramos na subida da voz. Mas, ao passo que qualquer modificação nesta alterava de algum modo, talvez mínimo mas decerto real, o valor da mensagem, nada disso acontece com as vibrações que caracterizam /b/ por oposição a /p/: enquanto elas se conservarem perceptíveis, a palavra pronunciada será compreendida como *bata*; mas, a partir de certo momento (que pode aliás variar como o contexto e com a situação), o ouvinte compreenderá «pata», isto é, a inicial deixará de se identificar como /b/ para passar a identificar-se como /p/, e por isso o sentido da mensagem será completamente diverso. Se o locutor articular *mial*, se houver barulho no ambiente, se a situação não me facilitar o papel de ouvinte, poderei hesitar em interpretar o que ouvi como *é uma linda bata* ou como *é uma linda pata*; mas sou obrigado a escolher uma ou outra das duas interpretações, e não há evidentemente possibilidade de admitir uma mensagem intermédia. Assim como não podemos imaginar nada que fosse um pouco menos que «bata» e um pouco mais que «pata», assim também não podemos conceber qualquer realidade lingüística que não fosse completamente /b/ ou que fosse quase /p/: todo o segmento de um enunciado reconhecido como português será necessariamente identificável como /b/, ou como /p/, ou como qualquer outro dos fonemas da língua. Tudo isto se resume dizendo que os fonemas são UNIDADES DISCRETAS.

O carácter discreto dos fonemas estava já naturalmente implícito na indicação acima dada de que, em cada língua, existe um número fixo de fonemas. A grafia alfabética, que originariamente decalcou a articulação fonemática, conservou o carácter discreto desta: com efeito, podemos num texto manuscrito hesitar em interpretar uma letra como *u* ou como *n*, mas sabemos que ela é ou *u* ou *n*. A leitura implica a identificação de cada letra como uma de entre certo número de unidades, para cada uma das quais o tipógrafo dispõe de caixa própria,

e não a interpretação subjectiva dos pormenores formais de cada letra individualmente considerada. Com os enunciados e fonemas sucede o mesmo que com os textos bem impressos, nos quais as diferenças entre os vários *aa* são tão reduzidas que em nada dificultam a identificação de todos eles como representantes da mesma unidade gráfica: quanto mais facilmente se identificarem como correspondendo à mesma unidade fónica as sucessivas realizações dum mesmo fonema, mais claro será o enunciado em que figuram. Concorde isto com o que atrás dissemos da solidariedade que une o /m/ de *mal* e o /m/ de *mar*: como se vê da identidade de transcrição, trata-se de uma só unidade — unidade que nos interessa realizar sempre do mesmo modo se quisermos facilitar a compreensão do que dizemos.

Discretas são pois as unidades cujo valor lingüístico em nada afectam as variações de pormenor determinadas pelo contexto ou por diversas circunstâncias. Tais unidades são indispensáveis ao funcionamento de qualquer língua. Os fonemas são unidades discretas. Os traços prosódicos de entoação de que falámos não o são. Mas discretos como os fonemas são outros traços também ditos prosódicos por não se integrarem na segmentação fonemática: referimo-nos aos TONS, de número limitado em cada língua. Não há tons em português, nem em francês, nem na maioria das línguas europeias; o sueco possui dois, o chinês setentrional quatro, o vietnamita seis.

1.18 LÍNGUA E FALA, CÓDIGO E MENSAGEM

Dizer que uma língua possui, por exemplo, 34 fonemas equivale a dizer que é entre 34 unidades de segunda articulação que em cada ponto do enunciado o locutor tem de escolher para produzir o significante correspondente à mensagem que pretende transmitir: /b/ e não /p/ ou /t/ ou qualquer outro fonema francês na inicial de *bière* se quiser afirmar: *c'est une bonne bière* «é uma boa cerveja». Mas dizer que um enunciado comporta 34 fonemas significa que ele apresenta 34 segmentos sucessivos, identificados todos e cada um com determinados fonemas, sem que as 34 unidades sucessivas sejam todas diferentes umas das outras: o enunciado *c'est une bonne bière* /s et ün bon bier/

comporta 12 fonemas, na medida em que o constituem doze segmentos sucessivos, cada um dos quais identificável com determinado fonema; mas esse enunciado utiliza duas vezes o fonema /n/, duas o fonema /b/, duas o fonema /e/, e assim só se serve de nove fonemas distintos. O mesmo diremos das unidades linguísticas mais complexas que o fonema, com a diferença de que não podemos precisar o número de monemas ou de palavras numa língua: no fr. *le garçon a pris le verre* «o criado pegou no copo» há seis monemas sucessivos mas apenas cinco monemas diferentes (*le* aparece duas vezes); no ptg. *livros de histórias de fadas*, aparece três vezes o monema «plural» e duas o monema «de».

É indispensável distinguir cuidadosamente, por um lado, os factos linguísticos de qualquer natureza que aparecem nos enunciados, e por outro lado os factos linguísticos enquanto pertença dum repertório de que dispõe quem pretende comunicar algo. Não compete ao linguista determinar em que parte do corpo humano se conservam à disponibilidade do locutor esses factos linguísticos; mas cumpre-lhe admitir a existência de uma organização psico-fisiológica que, durante a aprendizagem da língua materna na infância ou de uma língua segunda mais tarde, se condicionou de modo a permitir, de acordo com as normas da língua, a análise da experiência que se quer comunicar, e bem assim a selecção das unidades necessárias a cada ponto do enunciado. É esse condicionamento que com propriedade constitui a chamada *língua*. A língua só se manifesta no discurso, ou, se se preferir, nos actos de fala; mas o discurso, os actos de fala, não são a língua. A tradicional oposição entre LÍNGUA e FALA pode também exprimir-se em termos de CÓDIGO e MENSAGEM: o código representa a organização que permite redigir a mensagem; é com ele que se confrontam os vários elementos desta, para lhes definir o sentido.

Essa distinção, tão útil, entre língua e fala pode levar a crer que a segunda possui organização independente da primeira, de tal modo que fosse legítimo encarar a existência duma linguística da fala ao lado da linguística da língua. Ora, temos de nos convencer de que a fala se limita a concretizar a organização da língua: só pelo exame da fala e do comportamento que

ela determina nos ouvintes podemos chegar a conhecer a língua, e para tanto necessitamos de abstrair dos factos que, como o timbre da voz de cada indivíduo, não são linguísticos, isto é, não fazem parte dos hábitos colectivos adquiridos durante a aprendizagem da língua.

1.19 CADA UNIDADE SUPÕE UMA ESCOLHA

Dos factos linguísticos, uns revelam-se ao simples exame dos enunciados e outros apenas pelo confronto de enunciados diferentes. Todos eles constituem factos de língua. Consideremos o enunciado fr. *c'est une bonne bière* /s et ün bön bier/. Supondo a análise em monemas e fonemas realizada conforme indica a transcrição, revela-nos esse enunciado alguns traços não despidiendos da estrutura da língua: /bön/ pode figurar depois de /ün/ e antes de /bier/; o fonema /r/ pode figurar em posição final de enunciado e o fonema /n/ em final de monema; etc. Todas estas latitudes fazem parte das regras segundo as quais a experiência humana se analisa em francês, e pertencem à língua. Relativamente a outros factos, elas oferecem ao linguista a vantagem de se lhe revelarem ao simples exame da repartição das unidades dentro do enunciado. Mas, se podemos dizer algo das latitudes combinatórias de /bön/, é porque reconhecemos neste segmento do enunciado o representante de uma unidade particular distinta de /ün/ e de /bier/. Para chegarmos a este resultado, tivemos de verificar que, no contexto a que pertence, /bön/ correspondia a uma selecção, a uma escolha específica entre certo número de epítetos possíveis: a comparação com outros enunciados franceses mostrou que nos contextos em que figura /bön/ se encontram também /ekselãt/ (*excellente*), /mòvez/ (*mauvaise*), etc., o que indica haver o locutor afastado mais ou menos inconscientemente todos os competidores susceptíveis de ocorrer entre /ün/ e /bier/, mas que no caso presente não convinham. Dizer que o ouvinte, português por exemplo, compreende o francês implica que ele identifica por experiência as várias selecções que o locutor teve de fazer ao longo do seu enunciado, que reconhece /bön/ como constituindo uma selecção diferente da de /ün/ e da de /bier/, e que a escolhe de /bön/

em vez de /movez/ pode influenciar-lhe o comportamento.

O mesmo sucede com os fonemas: se podemos dizer algo das latitudes combinatórias de /n/ em /bɔn/, é porque reconhecemos em /n/ uma unidade distintiva particular, distinta entre outras do /ɔ/ precedente. Também aqui verificámos corresponder /n/ a uma selecção específica, por isso que, sem dúvida inconscientemente, o locutor teve de afastar /t/, que daria /bɔt/ (isto é, outra palavra, *botte*), /s/ que daria /bɔs/ (*bosse*), /l/ que daria /bɔl/, ou /f/ que daria /bɔf/, pronunciável mas inexistente.

É claro que não são gratuitas as várias selecções operadas pelo locutor ao longo do discurso. É evidentemente a natureza da experiência a comunicar que o leva a escolher /bɔn/ em vez de /mɔvez/ e /bier/ em vez de /limɔnad/; é por o sentido reclamar /bɔn/ que ele tem de escolher, como último segmento deste monema, /n/ em vez de /t/, /s/ ou /l/. Mas haverá alguma escolha não determinada? Não se suponha que a escolha dos monemas é mais «livre» que a dos fonemas.

1.20 CONTRASTES E OPOSIÇÕES

Está-se a ver que, signos ou fonemas, as unidades lingüísticas se relacionam umas com as outras de dois modos distintos. Temos por um lado as relações dentro do enunciado, que são directamente observáveis e se chamam SINTAGMÁTICAS, como, por exemplo, as relações entre /bɔn/ e os seus vizinhos /ün/ e /bier/, ou entre /n/ e o /ɔ/ que o precede em /bɔn/ ou o /ü/ a que ele se segue em /ün/; convém reservar para elas a designação de CONTRASTES. Por outro lado, temos as relações entre unidades capazes de figurar num mesmo contexto e que, pelo menos nesse contexto, se excluem mutuamente (relações PARADIGMÁTICAS, que designamos por OPOSIÇÕES): *bonne, excellente, mauvaise*, que podem figurar nos mesmos contextos, encontram-se em relação de oposição, e o mesmo sucede com os adjectivos designativos de cores, susceptíveis de aparecer entre *le livre...e...a disparu*; entre /n/, /t/, /s/, /l/, que podem ocorrer em posição final depois de /bɔ-/, há também oposição.

CAPÍTULO 2

A DESCRIÇÃO DAS LÍNGUAS